



O PAPEL DO GESTOR NO PROCESSO DE DECISÃO

Belo Horizonte

2011

LEIDE LAURA MENDES GUSMÃO

O PAPEL DO GESTOR NO PROCESSO DE DECISÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientador: Profº Ms.Daniel Handan Triginelli

Belo Horizonte

2011

LEIDE LAURA MENDES GUSMÃO

O PAPEL DO GESTOR NO PROCESSO DE DECISÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^o Ms. Jacqueline Laranjo (Orientadora) - UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

AGRADECIMENTOS

À Deus razão do meu viver que permitiu o meu ingresso na especialização em gestão escolar na Universidade Federal de Minas Gerais.

Aos meus pais e irmãos pelo apoio, incentivo e amor incondicional.

Ao meu namorado, Luiz Fabiano, pelo carinho, compreensão e disposição em viajar para Belo Horizonte, em especial aos seus parentes que nos acolheu naquela cidade.

Aos coordenadores do curso, orientadores e professores auxiliares pelo incentivo e atenção dispensados.

Enfim, aos colegas pela troca de experiências enriquecedoras e a todos aqueles que contribuíram de alguma forma com o meu ingresso e permanência no curso.

“A escola é um lugar onde se propaga a educação e para esta ser de qualidade é necessária uma organização das ações pedagógicas e administrativas promovendo o crescimento de todos em relação à compreensão e participação na sociedade. E, para isso, torna-se necessário, igualmente, qualificar todos que desempenham cargos de gestão”.

(FERREIRA, 2000, P.115)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso apresenta o papel do gestor no processo de decisão como função primordial para o desenvolvimento da gestão democrática e participativa nos âmbitos escolares, articulando a comunidade escolar na criação dos conselhos escolares; fortalecendo a participação da família na tomada de decisões e na implementação das ações em prol do ensino de qualidade.

Na elaboração do Projeto Político Pedagógico de uma escola na cidade de Mirabela, em 2010, pôde-se perceber que a instituição não possui conselhos escolares e as decisões da instituição se restringem a um grupo de pessoas.

Neste contexto, cabe ao gestor aprimorar os seus conhecimentos, elaborar o plano de ações coletivas que contemple as reais necessidades da instituição como a criação dos conselhos escolares e a melhoria do processo de decisões da instituição. Uma vez que o líder deve motivar a equipe, dividir responsabilidades e desenvolver as ações juntamente com a comunidade escolar.

Palavras-chave: Gestor capacitado, gestão democrática, perfil, políticas públicas, conselhos escolares, educação de qualidade.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
	1.2 Justificativa.....	11
	1.3 Objetivos.....	11
2	DESENVOLVIMENTO.....	11
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	15
5	ANEXO	16

Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação
Chapeuzinho Vermelho

1 - INTRODUÇÃO

Observando o processo de gestão de uma escola X da cidade de Mirabela e preocupada em gerenciar com coerência, de maneira democrática e participativa, foi em princípio o que nos levou a optar pelo tema o papel do gestor no processo de decisão, sendo uma das preocupações iniciais que norteia o desenvolvimento deste trabalho.

Atuando na supervisão, de uma escola percebemos o perfil do gestor e o seu papel nas tomadas de decisões. Na medida em que envolvíamos no processo ensino-aprendizagem, maior era a preocupação com a gestão da escola e as tomadas de decisões, nos levou a pesquisar sobre os assuntos referentes à gestão escolar.

Nesta perspectiva, a Constituição Federal de 1988 (Carta Magna Brasileira) estabelece o comportamento dos gestores em conformidade com os princípios **constitucionais da administração pública (art.37, CF), a saber: princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade¹, da eficiência.** Com relação ao princípio da eficiência, o gestor deve planejar suas ações e desenvolver as atividades agindo com transparência, neutralidade, humanidade, visando a qualidade do ensino-aprendizagem; a descentralização e o bem-comum de todos os envolvidos no processo.

Neste contexto, o gestor público tem o papel de articular a equipe de funcionários da instituição, motivando os profissionais; estabelecendo um ambiente de trabalho saudável, procurando oferecer condições de trabalho adequadas. "A liderança é definida como a capacidade de influenciar outras pessoas para que se possa fazer aquilo que se precisa ou se deseja". (GIL, 2003, p.01)

¹"Princípio da Legalidade consiste tal princípio em apenas realizar o que a Lei permite".

"Princípio da Impessoalidade: A administração deve atuar de acordo com o interesse público".

"Princípio da Moralidade: Corresponde a moral. Trata-se de licitude e honestidade, sendo estes traços definitivos deste princípio".

"Princípio da Publicidade: Consiste em tornar público para a população todos os serviços realizados ou prestados pelos órgãos públicos". (Constituição Federal, 1988, art.37)

Assim podemos definir o papel do líder de influenciar os indivíduos com suas ações, facilitando o movimento de um grupo de pessoas rumo a metas comuns ou compartilhadas.

Segundo Gil, (2003, p.03), competência é um conjunto de fatores, que quando utilizados, faz alguém se sobressair mais perante as demais em uma determinada situação. Ou seja, para se obter competência é preciso unir quatro fatores: conhecimento, habilidades, atitudes e interesses.

Estudos realizados por KUENZER (2000) apontam como competência um combinado de conhecimentos, de atitudes, capacidades e aptidões que capacitam para a vida rotineira em diversos contextos. As competências pressupõem operações mentais, ou seja, capacidades para a utilização de habilidades, de atitudes apropriadas para a realização de tarefas e de conhecimentos. Enquanto as habilidades não se tratam somente do saber – fazer (saber comunicar-se, ser flexível às transformações apresentadas, ser eficiente, prezar o trabalho coletivo) e o saber-agir (prioriza o trabalho coletivo e determina uma mudança do perfil e do comportamento da força produtiva. De acordo com a visão da autora, o cargo de gestor de escola exige do ocupante várias competências e habilidades em diversas áreas. Em cada uma delas há diversos conhecimentos, competências e qualidades profissionais essenciais e distintas. Porém em todas elas a atuação eficaz não pode prescindir da capacidade de investigação e de liderança do gestor nem da compreensão da legislação e, cada vez maior, do domínio das novas tecnologias de informação e comunicação.

O primeiro componente de uma competência é o conhecimento, isto é, informação adquirida através de estudos ou pela experiência que a pessoa utiliza “o saber”. Trata-se do conjunto de informações que a pessoa armazena e lança mão quando precisa. (GRAMIGNA, 2002)

Leme (2005) afirma que o conhecimento pode ser entendido como o saber, o que aprendemos nas escolas, nas universidades, nos livros, no trabalho, na escola da vida. Habilidade é o saber fazer, tudo que é utilizado dos conhecimentos no dia-a-dia. E atitude é o querer fazer. Leva a exercitar a habilidade de um determinado conhecimento.

Para Gramigna (2002) pode-se conceituar atitude como o grau de envolvimento e comprometimento das pessoas com os objetivos, metas e projetos coletivos.

Nestas perspectivas, um dos desafios da atuação do gestor é promover e valorizar a contribuição dos diversos membros da comunidade escolar na gestão democrática, liderando a equipe na reflexão sobre a divisão de responsabilidades nos âmbitos escolares para que todos os setores da escola (educadores, alunos, funcionários e pais), participem das decisões sobre as metas e o funcionamento das escolas públicas. Cabendo ao gestor ser um líder competente que organiza a escola de maneira democrática e transformadora. “O processo de tomada de decisões é visto como cerne do cargo de gerente”. (ROBBINS, 2000, p.35)

“A gestão democrática da educação formal está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e à organização de ações que desencadeiam a participação social na formulação de políticas educacionais, no planejamento, na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento, na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional”. (MEDEIROS, 2003)

Neste contexto, a gestão democrática é aquela que visa à participação da comunidade escolar (pais, professores, alunos e funcionários) nas atividades escolares; estabelecendo uma gestão transparente; onde as decisões sobre as ações a serem desenvolvidas são discutidas e definidas coletivamente.

Segundo Chiavenato, (1999, p.03), a tomada de decisão é tarefa mais característica do administrador. Porém os gestores não são os únicos a decidir, pois o trabalho do executivo não é apenas tomar decisões próprias, mas também em providenciar para que toda a organização que dirige, ou parte dela, torne-se também de maneira efetiva.

No entanto, “o gestor eficaz é aquele profissional capaz de atuar em cada área, compartilhando decisões, motivando sua equipe, promovendo a participação dos diversos membros da comunidade escolar na gestão da escola, atuando de maneira democrática e coerente em prol das necessidades específicas de sua unidade escolar.” (Chiavenato, 1999, p.04)

Sendo fundamental que o gestor desse novo contexto, seja capacitado e busque cada dia aprimorar os seus conhecimentos e atuar de maneira transparente, de acordo com os princípios da Constituição Federal de 1988 e a Legislação vigente, visando à participação da comunidade escolar na tomada de decisões, desenvolvendo assim um trabalho de qualidade.

1.1 JUSTIFICATIVA

Faz-se necessário uma análise do papel do gestor no processo de decisão para contribuirmos na discussão da melhoria da prática dos gestores nas instituições escolares.

1.2 OBJETIVOS

Geral: Contribuir para a discussão sobre a gestão democrática e o papel do gestor no processo de decisão para a qualidade do ensino – aprendizagem.

Específicos:

Analisar criticamente o Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal Chapeuzinho Vermelho,

Realizar uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica sobre o papel do gestor no processo de decisão;

Aperfeiçoar os conhecimentos na área de gestão escolar.

2 - DESENVOLVIMENTO

O papel do gestor na criação dos conselhos escolares

Neste capítulo faremos uma análise dos cadernos elaborados pelo Ministério da Educação, 2004, para o desenvolvimento do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é, o de assumir esse país democraticamente

(FREIRE apud, MEC/SEB. Cadernos do Programa Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília, 2004, VOL.2)".

No Plano Nacional de Educação está expressa a necessidade de “promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de Conselhos Escolares ou órgãos equivalentes.” (MEC/SEB.Caderno do Programa fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2004, VOL 2, p.04).Dessa forma, cabe ao gestor da escola ou a quaisquer representantes dos segmentos das comunidades escolares e local a iniciativa de criação dos conselhos escolares, convocando todos para organizar as eleições do colegiado.

De acordo com o (MEC/SEB, Caderno do Programa Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2004, VOL.5, p.04), devem participar dos Conselhos escolares: a direção da escola e a representação dos estudantes, dos pais ou responsáveis pelos estudantes, dos professores, dos trabalhadores em educação não docentes e da comunidade local. Como todo órgão colegiado, o Conselho Escolar toma decisões coletivas.

Contudo, o diretor atua como coordenador na execução das deliberações do Conselho Escolar e também como o articulador das ações de todos os segmentos, visando à efetivação do projeto político pedagógico ²na construção do trabalho educativo. Podendo ser o presidente do conselho, conforme estabelecido pelo Regimento Interno.

Neste contexto, cabe ao gestor ser o articulador da comunidade escolar na criação dos conselhos escolares, promovendo assembléias para a escolha dos membros do Conselho, motivando à comunidade a participação, esclarecendo o regimento interno e pautando os princípios de efetiva participação, representatividade, disponibilidade, compromisso, saber ouvir e dialogar, assumindo a responsabilidade de acatar e representar as decisões da maioria, sem nunca desistir de dar opiniões e apresentar as suas propostas.

² “O termo projeto vem do latim *projectu* – participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio, empresa, empreendimento. Redação provisória de Lei. O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com sentido explícito, como um compromisso definido coletivamente (FERREIRA, 1975, p.144)”.

“É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (SAVIANI; apud Silva, 1997:13)”.

No exercício da função de gestor é essencial que o mesmo ao assumir o compromisso de estar à frente dos trabalhos da instituição, verificar a forma de organização da instituição, dialogar com os profissionais sobre a criação dos conselhos escolares naquelas instituições que não possui essa organização e fomentar o fortalecimento naquelas que já possuem. (MEC/SEB, Cadernos do programa fortalecimento dos conselhos escolares, 2004, vol. 05, p. 06). Nesse sentido, é importante definir os aspectos que envolvem o processo de escolha dos integrantes do conselho escolar: período de mandato dos conselheiros, formas de escolhas (eleições); criação de uma comissão para organizar as eleições, convocação da comunidade escolar para a assembléia geral. O processo eleitoral deve ser registrado em ata, definindo após o encerramento a posse dos conselheiros e as reuniões para discussões sobre o trabalho a ser desenvolvido. (MEC/SEB, Cadernos do programa fortalecimento dos conselhos escolares, VOL. 5 p. 07). Os membros do conselho escolar devem se reunir com periodicidade sugere-se reuniões mensais, com um a pauta previamente distribuída aos conselheiros.

Segundo CURY, (2000, p.47), a palavra conselho vem do latim consilium, por sua vez, consilium provém do verbo consulo/ consulere significando tanto ouvir alguém quanto submeter algo a uma deliberação de alguém, após uma ponderação refletida prudente e de bom senso. Trata-se, pois de um verbo cujos significados postulam a via de mão dupla: ouvir e ser ouvido. Obviamente a recíproca audição se compõe com o ver e ser visto e, assim sendo, quando um conselho participa dos destinos de uma sociedade ou de partes destes, o próprio verbo consulere já contém um princípio de publicidade.

O autor afirma, ainda que:

(...) “O conselho escolar deve estar inserido na escola como instância que promove a articulação entre os segmentos da comunidade escolar e as dimensões da escola, sabendo ouvir e falar, buscando mecanismos de compreensão e tomadas de decisões em busca da excelência do saber elaborado, mobilizando a escola e alunos como protagonistas deste saber.” (CURY, 2000, p.47)

Portanto, a escola é um lugar onde se propaga a educação e para esta ser de qualidade é necessária uma organização das ações pedagógicas e administrativas promovendo o crescimento de todos em relação à compreensão e participação na sociedade. E, para, “torna-se necessário, igualmente, qualificar todos que desempenham cargos de gestão”. (FERREIRA, 2000, p.115). Ainda de acordo com o autor, a qualificação do gestor é essencial para o desenvolvimento da gestão democrática e participativa.

METODOLOGIA

O termo metodologia é composto por três palavras de origem grega: meta que significa amplo (lato); odos que quer dizer caminho; e logo, que se traduz por estudo. (REIS, 2008).

Para Gil (2002) pode se definir pesquisa como procedimento racional e sistemático que tem como objetivo de proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. A análise qualitativa é menos formal, seus passos podem ser definidos de maneira mais simples.

A pesquisa científica é definida como processo formal sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. Sendo assim, o que caracteriza a pesquisa como sendo de cunho científico é a forma ou instrumento que a mesma utiliza nas etapas para a solução de determinado problema. (GIL, 1999, p.42)

Conforme Gil (1999, p.65), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. O autor complementa o conceito da pesquisa bibliográfica acrescentando que “a

principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.”

Com base nos autores mencionados anteriormente o caminho utilizado para iniciarmos o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso foi à análise crítica do Projeto Político Pedagógico de uma escola da cidade de Mirabela, Norte de Minas, levantando o problema: o papel do gestor no processo de decisão. A partir dos resultados da referida análise iniciamos a pesquisa bibliográfica de materiais já publicados sobre o tema em livros, periódicos, e sites na internet.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a pesquisa, percebe-se a importância da qualificação do gestor para a atuação de maneira eficiente, democrática e participativa.

No processo de decisão é importante a presença da comunidade escolar, acompanhando e participando do processo educacional, onde, o gestor descentraliza o poder, distribuindo responsabilidade entre todos. A descentralização das decisões demanda o desenvolvimento do trabalho em equipe e a noção de gestão autônoma nas instituições de ensino.

Evidenciou-se, a partir do referencial teórico que o papel do gestor não se restringe em cumprir as leis e regulamentos, as decisões, nos prazos previstos para o desenvolvimento do trabalho. Mas o bom gestor deve ser democrático, propor medidas que visem o sucesso da instituição escolar, exercendo assim a liderança administrativa e pedagógica, pensando no progresso de todos que fazem parte da equipe escolar

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2000.3ª edição.

OLIVEIRA. Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Félix Rosar. **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

[HTTP://www.schwartzman.org.br/simon/delphi/pdf/amachado.pdf](http://www.schwartzman.org.br/simon/delphi/pdf/amachado.pdf). Acesso em 11.11.2010

BRASIL, **Diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 939 4/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da união. Brasília, DF, 23 de dezembro, 1996.

BRASIL, **Decretos e Leis. Constituição Federal de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988. Promulgada em 05/10/98

GIL, Edson. **Liderança e criatividade.** Rio de Janeiro. Alta Books, 2003.

ROBBINS, Setphen Paul. **Administração: mudanças e perspectivas.** Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva 2000.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal.** 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2000.

AMARAL, Cláudia Tavares do e OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional: um percurso histórico, até a criação e desenvolvimento dos cursos superiores de tecnologia.** In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro e Fidalgo, Nara Luciene Rocha (orgs). Educação profissional e a lógica das competências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MEDEIROS, I. L. **A gestão democrática na rede municipal de educação de Porto Alegre, de 1989 a 2000 – tensão entre reforma e mudança.** Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Gestão democrática da educação & atuais tendências, novos desafios.** 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2000

GRAMIGNA, Maria Rita. **Modelo de competências e gestão dos talentos.** São Paulo, Macron Books, 2002.

Cf. DOURADO, Luiz F. et al. Caderno 5 – Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor. Brasília: MEC/SE, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a teoria geral da administração.** São Paulo: Atlas, 1999.

[HTTP://recantodasletras.uol.com.br/artigos/963581](http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/963581). Acesso em 08.11.2011

5 - ANEXO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO
ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL**

**PROPOSTA PEDAGÓGICA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CHAPEUZINHO VERMELHO**

**LEIDE LAURA MENDES GUSMÃO
HELENA WALÉRIA VELOSO GUIMARÃES**

BELO HORIZONTE

2010

**LEIDE LAURA MENDES GUSMÃO
HELENA WALÉRIA VELOSO GUIMARÃES**

**PROPOSTA PEDAGÓGICA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CHAPEUZINHO VERMELHO**

**Projeto Político Pedagógico
apresentado ao Curso de
Especialização (Latu Sensu) em
Gestão Escolar da Faculdade de
Educação, Sala Ambiente Projeto
Vivencial sob orientação da
Professora Assistente Marielle
Morais de Oliveira.**

BELO HORIZONTE

2010

“Investir na criança de hoje é ter certeza de melhores dias no futuro do nosso país”.

Monteiro Lobato

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	04
1.1	Histórico.....	04
1.1.1	1ª Parte: “Nasce uma Creche”.....	05
1.1.2	2ª Parte: “História Narrada em Fatos”.....	07
1.2	Objetivo Geral.....	08
1.3	Objetivos Específicos.....	08
2.	FINALIDADES DA ESCOLA.....	08
2.1	Missão da Escola.....	08
3.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	09
3.1	Administrativa.....	09
3.2	Pedagógica.....	11
3.2.1	Estratégias de Trabalho.....	11
3.2.2	Organização dos Conteúdos.....	12
3.2.3	Organização das Atividades Pedagógicas.....	13
4.	CURRÍCULO.....	14
5.	TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR.....	14
6.	PROCESSO DE DECISÃO.....	14
7.	RELAÇÕES DE TRABALHO.....	15
8.	AVALIAÇÃO.....	16
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	18

1. INTRODUÇÃO

O presente Projeto Político Pedagógico é fruto das capacitações de Educação Infantil, ministradas pela Assistente Técnica do MEC, Vitória Líbia Barreto de Faria, através de estudos, concepções e encontros pedagógicos com os profissionais de Educação Infantil.

Este projeto é um documento que configura a identidade desta Instituição e baseia-se na Constituição Brasileira de 1.988, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/1.990, na LDB/1.996, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, no Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (1944), nas Resoluções nº 444/2.001 e nº 05/2.009, na política educacional vigente, preconizada pelo Ministério da Educação e na contribuição de pensadores influentes como Piaget e Vigotsky.

Ao elaborar este documento a comunidade escolar busca destacar a função primordial que é cuidar e educar, apresentando um plano de trabalho para ser desenvolvido no biênio de 2.010 e 2.011.

1.1 – Histórico

Em 1.947 foi criada a Legião Brasileira de Assistência – FLBA com o objetivo de atender as famílias dos pracinhas combatentes da 2ª guerra mundial. Inicialmente caracterizou-se por um atendimento materno-infantil. Posteriormente esta instituição foi crescendo e sua linha programática foi acompanhando as demandas do desenvolvimento econômico e social do país, bem como da população em estado de vulnerabilidade.

A gestão pública da LBA (Legião Brasileira de Assistência) foi centralizada com representação nos 26 Estados da Federação e Distrito Federal. A programática se constituía de:

- Assistência Social;
- Assistência Judiciária;
- Atendimento médico-social e materno infantil;
- Distribuição de alimentos para gestantes, crianças e nutris;

- Assistências integrais a crianças, adolescentes e jovens (creches e abrigos);
- Qualificação e iniciação profissional;
- Liberação de instrumentos de trabalho;
- Orientação advocatícia para a regularização e registro de entidades;
- Programas educacionais para o trabalho;
- Geração de renda;
- Projetos de desenvolvimento social local (serviços de microempresas – creches, cooperativas e outros);
- Assistência ao idoso (asilos e centros de convivência);
- Assistência à pessoa portadora de deficiência;
- Assistência ao desenvolvimento social e comunitário.

1.1.1. 1ª Parte: “Nasce Uma Creche”

Laura colocar o significado de cada letra

Baseando-se na LBA (Legião Brasileira de Assistência), a senhora Maria Geralda Lopes Aquino, coordenadora da mesma, aos seis (06) dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta e quatro (1.984), em sua residência, realizou e coordenou uma reunião que contou com todos os membros da diretoria e várias pessoas, representando os diversos setores de trabalho e atividades desenvolvidas na comunidade pelo Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Legião Brasileira de Assistência - PRONAF/LBA. Nesta reunião ela expôs a necessidade da criação de uma creche e pediu ainda sugestões de como desenvolver o trabalho para a organização da mesma.

Houve doações de um terreno situado à Rua Joaquim Mendes S/N, no Centro, e de materiais para a construção do prédio, por parte de pessoas da própria comunidade. Bem como de pessoas que disponibilizaram fazer trabalhos voluntários de assistência médica, odontológica e pedagógica. Duas professoras do Mobral se disponibilizaram em trabalhar na educação infantil.

Esta creche foi aprovada com a autorização da LBA (Legião Brasileira de assistência) de Belo Horizonte com o intuito de atender inicialmente sessenta crianças com faixa etária de 0 á 6 anos, e para manutenção da mesma, a LBA liberou uma verba no valor de Cr\$ 300.000,00 (Trezentos Mil Cruzeiros) por mês.

Recebendo o nome de Chapeuzinho Vermelho, onde a coordenadora inspirou-se nos contos de fadas.

Dona Maria Geralda Lopes Aquino achando irrisório o valor, buscou parcerias com pessoas da comunidade, como a Empresa Brasileira de Extensão Rural – EMATER, Banco ITAÚ e realizou várias promoções com fins lucrativos para arrecadar fundos e ajudar na manutenção.

Em 1.993, foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social - LOA. Nesta data a LBA estava presente em aproximadamente 4.000 municípios. De 1.993 à 1.994, a LBA desenvolveu, em parceria com a ENAP (Escola Nacional de Administração Pública), um programa de capacitação de multiplicadores da LOAS, com participação de 15 técnicos de cada estado. A LBA mantinha aproximadamente 9.575 convênios com Organizações Governamentais (OGS) e Organizações não governamentais (OGNS), nas áreas de atenção à criança, ao adolescente, ao idoso, à pessoa portadora de deficiência, às famílias e geração de renda, além do exercício efetivo de 3.000 voluntários. Contava com a força de trabalho de aproximadamente 6.375 servidores com formação em serviço social, medicina, psicologia, pedagogia, administração, direito, enfermagem, auxiliar de enfermagem, auxiliar social e outros.

Até 1.944, a LBA atuou em parceria com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), para a implementação das LOAS e com a Secretaria de Promoção Humana, Estado e Municípios para a construção da Política de Assistência Social e da Política Nacional ao Idoso.

Os Estados assumiram todos os serviços de ação continuada, a partir de 1.996. Os prédios das Superintendências Estaduais da extinta LBA foram cedidos e/ou doados as Secretarias Estaduais de Assistência Social e/ou congêneres mediante convênios de cooperação técnica e financeira.

Os serviços operacionais de execução direta da LBA, tais como creches, foram cedidos e/ou doados às prefeituras por intermédio de convênios de cooperação técnica e financeira com a responsabilidade de não haver descontinuidade dos serviços e, paralelamente, a implementação das LOAS.

Assim, nasceu a creche que hoje conhecemos. O caminho foi recheado de sucessos e dificuldades nesses anos de existência. Porém, em todas as situações, com mais ou menos dificuldades, ela teve seu objetivo preservado e perseguido com garra, determinação e dedicação por todos que fizeram parte de sua história.

1.1.2. 2ª Parte: “História Narrada em Fatos”

Em 2001 a Creche Chapeuzinho Vermelho mudou-se para o prédio onde funcionava a Escola Estadual Professora Maria Machado, situado à Rua João Antônio, S/N, Bairro São Geraldo, recebendo uma nova denominação de CEMEI – Centro Municipal de Educação Chapeuzinho Vermelho. Com o objetivo de atender um maior número de crianças.

Várias pessoas passaram pela coordenação desta Instituição de Educação Infantil:

- Maria Geralda Lopes Aquino – 1984 a 1989
- Eliza Beatriz Versiani – 1989 a 1993
- Edilene Maia Leite – 1994 a 1997
- Maria de Lourdes Rodrigues Silva – 1997 a 2000
- Karine Oliveira Maia – 2001 a 2008
- Luciene Fernandes Oliveira – 2009
- Maria de Jesus Rodrigues – 2010

Hoje o Centro Municipal Chapeuzinho Vermelho é composto por um número de 172 alunos, 35 funcionários, sendo 01 coordenadora, 01 supervisora pedagógica, 07 professores, 07 monitores, 17 auxiliares de serviços gerais, é assistida pela atual administração do Prefeito Lacerdino Garcia de Menezes e pelo Secretário Municipal de Educação Marques Alves Fonseca. Seus trabalhos prosseguem sob a gestão da Sra. Maria de Jesus Rodrigues.

O município de Mirabela foi contemplado com um novo prédio adequado e equipado a educação infantil, obra do Governo Federal em parceria com a Prefeitura Municipal de Mirabela, denominado Centro Pro infância que será inaugurado em 2011.

O centro Educacional Municipal Chapeuzinho Vermelho localiza-se na Rua João Antônio S/N, Bairro São Geraldo, na cidade de Mirabela – MG.

A comunidade escolar é constituída por famílias de vários bairros da cidade, a maioria de baixa renda, que trabalham o dia inteiro e por isso matriculam seus filhos em tempo integral, outras não trabalham e não têm condições financeiras para cuidar dos seus filhos. Apenas uma minoria é de classe média; os pais trabalham no

comércio local e matriculam os filhos em tempo parcial, visando o desenvolvimento integral das crianças.

1.2 Objetivo Geral

Cuidar e educar numa abordagem construtivista e sócio-interacionista, entendendo a criança como ser humano integral, interagindo intensamente com o seu meio social e em constante crescimento e desenvolvimento.

1.3 Objetivos Específicos

- Nortear a Prática Pedagógica da Educação Infantil;
- Possibilitar o atendimento as crianças com necessidades especiais nas classes regulares da educação infantil.
- Propiciar condições para o desenvolvimento integral de todas às crianças, possibilitando o desenvolvimento de capacidades envolvendo aquelas de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social.
- Priorizar o aspecto lúdico e as brincadeiras como processo de construção do conhecimento da criança.

2. FINALIDADES DA ESCOLA

2.1 Missão da Escola

Promover com qualidade as ações de cuidar e educar de crianças na faixa etária de 07 meses até 06 anos, completando a ação da família e da comunidade, ajudando a construir de maneira lúdica a aprendizagem, os valores baseados nos ideais de solidariedade humana, respeito e amor ao próximo, garantido-lhes assim oportunidade do real exercício da cidadania, da inserção social e preparando-os para o futuro sucesso educacional.

Educação Infantil:

A Educação Infantil definida como primeira etapa da Educação Básica têm o papel social de cuidar de crianças de 0 a 6 anos e de educá-las.

Nesse sentido os termos cuidar e educar são indissociáveis. Sendo assim, a educação infantil possibilita a integração, a socialização e apropriação de conhecimentos e valores essenciais para a formação integral da criança. Associado ao papel de cuidar, proporcionando o bem-estar, a segurança, saúde e higiene das crianças.

Criança:

Consideramos a criança como sujeito ativo, sócio-histórico e cultural; que participa do processo de construção do conhecimento, que manifesta desde cedo as capacidades de pensar, decidir, inventar e expressar. No contato com o meio social e a natureza vão constituindo sua identidade como sujeitos humanos.

Sociedade:

Vivemos em uma sociedade capitalista, consumista, onde o ser humano enfrenta vários problemas sociais: desemprego, desigualdades sociais, salários baixos, em decorrência desses problemas surge a prostituição, drogas e violência.

Almejamos uma sociedade mais justa, igualitária e humana.

Ser Humano:

O papel social da instituição infantil é contribuir para o desenvolvimento do ser humano, nas dimensões afetivas, sociais, físicas, cognitivas e culturais. Formando crianças autônomas, críticas, capazes de exercer os seus direitos com dignidade e cumprir com os deveres de cidadão.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1 Administrativa

Recursos Humanos

Para atender 172 (cento e setenta e duas) crianças o CEMEI conta com a seguinte equipe: 05 professoras com nível superior; 02 professoras cursando pedagogia; 07 monitoras, sendo 04 cursando pedagogia e 03 com formação em nível médio, 04 monitoras que atuam no berçário com nível médio; 12 auxiliares de serviços gerais, sendo que 02 trabalham no portão, 03 na lavanderia, 05 na cantina

e as demais trabalham cuidando das crianças, além de 01 coordenadora e 01 supervisora pedagógica que atende os dois turnos, alternando os horários durante a semana.

Recursos Financeiros

A Prefeitura recebe verbas para ser destinada a Educação Infantil do município. E para aplicação desses recursos o Secretário Municipal de Educação realiza juntamente com os coordenadores dos CEMEIS, o levantamento das necessidades de materiais para então realizarem as compras.

A direção e funcionários realizam promoções para suprirem algumas necessidades que não são contempladas pelas verbas.

O CEMEI não possui Caixa Escolar para recebimento de recursos anuais do Governo Federal.

3.2 Pedagógica

Organização e Planejamentos

Segundo Faria (2007, p.35) "o planejamento é instrumento fundamental na previsão e organização do trabalho cotidiano do professor com as crianças para o desenvolvimento das ações de cuidar e educar".

A gestão pedagógica do CEMEI Chapeuzinho Vermelho é bem organizada, a supervisora planeja com os docentes uma vez por semana, nos horários do Módulo II, ou seja, contra-turno de trabalho do professor, neste momento são realizadas as discussões dos projetos a serem desenvolvidos, do currículo; metodologias; discussão das novidades e resoluções da educação infantil.

O planejamento, além de ser flexível para atender as situações imprevistas; ou seja, os interesses e necessidades mais imediatas do cotidiano, têm como base os eixos norteadores sugeridos no referencial curricular para a Educação Infantil, adequando à proposta da pedagogia de projetos utilizada no CEMEI, dando ênfase o desenvolvimento das múltiplas linguagens. "O trabalho lúdico é prazeroso e determinante no fazer pedagógico" (Faria, 2007, p.35)

Segundo Smole (2001, p.13)

Planejar é um ato imprescindível. O planejamento na perspectiva das inteligências múltiplas terá como função ser o auxiliar do professor no estabelecimento das rotas de ação, visando ao desenvolvimento das competências individuais de cada aluno.

No trabalho com as crianças de escola infantil, o planejamento terá condições bem especiais e acontecerá, em momentos diferentes. Primeiramente, é necessário estabelecer com o grupo de trabalho linhas de ação para o ano. Não se trata de fazer uma lista completa de atividades, mas de esboçar as linhas gerais de que se deseja como objetivo ao final de um período escolar.

3.2.1 Estratégias de Trabalho

A Pedagogia de Projetos constitui uma ação pedagógica planejada e específica do CEMEI. Os projetos são desenvolvidos coletivamente pela equipe de docentes e pela supervisão pedagógica, se organizam de acordo com temas, como: contos de fadas, meio ambiente, saúde, datas comemorativas e outros. Numa perspectiva sócio-interacionista e construtivista, onde a criança constrói os seus próprios conhecimentos, na interação com o meio, sendo o professor o mediador dos conhecimentos que desenvolve as atividades de maneira lúdica e prazerosa.

Nas culminâncias são utilizados teatros de fantoches, danças, músicas; dramatizações apresentadas pelas docentes; pinturas, passeios, experiências, brincadeiras e outras formas de expressão.

3.2.2 Organização dos Conteúdos

Os conteúdos a serem trabalhados são organizados de acordo com o Referencial Curricular da Educação Infantil, tendo em vista o desenvolvimento das múltiplas linguagens. Linguagem oral, escrita, corporal, plástica e visual; musical, sonora e linguagem matemática. Desenvolvendo também as áreas: a descoberta de si mesmo, natureza e sociedade.

Buscando o desenvolvimento de atividades de maneira lúdica, brincadeiras espontâneas ou dirigidas, usando materiais diversos as diferentes formas de

comunicação, de expressão, de criação e movimento que estimulam as crianças a ser, a conviver consigo mesmo e com o outro; a fazer, aprender e a conviver com o meio ambiente, desenvolvendo assim a integração e a socialização de maneira gradual.

3.2.3 Organização das Atividades Pedagógicas

As atividades pedagógicas no CEMEI – Chapeuzinho Vermelho são organizadas de modo a seguir uma rotina, que vai desde a recepção das crianças até o momento de saída, quando os pais/responsáveis recebem as crianças.

O cotidiano envolve as seguintes atividades:

07h30min – Recepção das crianças;

08h00min às 08h15min – Momento de recreação e música;

09h00min – São servidas frutas as crianças;

Atividades educativas nas salas de aulas organizadas pelos professores;

Atividades recreativas no pátio – Momento para o banho dos alunos que permanecem em tempo integral;

10h40min – Momento para as crianças lavar as mãos preparando para o almoço;

11h00min – Almoço;

Após o almoço momento de escovação;

11h30min – Saída das crianças;

Momento em que os pais ou responsáveis recebem as crianças que não freqüentam em tempo integral;

As crianças que freqüentam em tempo integral participam de atividades recreativas até o início do próximo turno;

12h00min – Recepção das crianças que freqüentam o turno vespertino;

12h30min – Momento de oração e entrada para as salas de aula;

13h00min – Lanche;

13h30min – Momento de escovação; organizado em escalas;

13h45min – Atividades educativas nas salas de aula e recreativas no pátio;

Banho para os alunos do berçário e aqueles que permanecem em tempo integral;

15h40min – Momento para lavar as mãos e organizarem para o jantar;

16h00min – Jantar;

Após o jantar – Momento de escovação organizado em escala;

16h30min – Saída das crianças.

4. CURRÍCULO

Moreira e Candau (2006, p.86) definem currículo “como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio às relações sociais, e que contribuem para a construção de identidade dos nossos educandos”.

No contexto específico da Educação Infantil, o currículo aponta as experiências a serem trabalhadas com as crianças, organizando todos os saberes, conhecimentos, valores e práticas que possibilitam o cuidar e educar crianças de zero até 6 anos de idade.

O currículo do CEMEI Chapeuzinho Vermelho é organizado tendo como base os Referenciais Curriculares para Educação Infantil, que se divide em dois âmbitos de trabalho:

- Conhecimento de Mundo

Refere-se á construção das múltiplas linguagens pela criança e a interação com os objetos do conhecimento.

- Formação Social e Pessoal

As experiências favorecidas pelos educadores às crianças possibilitam a construção da autonomia e identidade.

Na perspectiva de cuidar e educar das crianças, o conhecimento de mundo é desenvolvido através das áreas de conhecimento:

- Linguagem oral e escrita;
- Linguagem corporal (movimento);
- O brincar como linguagem;
- Linguagem plástica e visual;
- Linguagem musical;
- Conhecimentos relativos à sociedade e a natureza.

5. TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR

O prédio onde funciona atualmente esta instituição possui uma cantina, despensa, depósito, uma sala onde funciona a direção; a supervisão e a secretaria; 04 banheiros para alunos (mas os mesmos não são adaptados para a educação infantil e para atender crianças especiais); 01 lavanderia; 07 salas de aulas; 01 banheiro para os funcionários; uma sala que funciona o vestiário e varandas para recreação e alimentação das crianças. Possui também espaço livre para desenvolver algumas atividades.

A instituição atende o nível infantil, crianças de 07 meses a 05 anos de idade, ou seja, do berçário ao 3º período. Funcionando em dois turnos: matutino e vespertino. Sendo que algumas crianças freqüentam em tempo integral.

No turno matutino funcionam quatro salas de aula, sendo 1º, 2º e 3º períodos. Já no turno vespertino funcionam 03 salas de aula (2º e 3º períodos). Sendo que algumas crianças freqüentam o tempo integral (berçário e maternal).

A carga horária da educação infantil é de 800 horas e 200 dias letivos.

O CEMEI recebe crianças de 07 meses a 02 anos de idade incompletos, no berçário, em tempo integral. As crianças que freqüentam o tempo integral com dois anos de idade completos participam em um turno das atividades recreativas e em outro turno permanecem em um dos períodos de acordo com a faixa etária. Atendendo assim 88 crianças no turno matutino e 90 no turno vespertino, sendo quase 60 crianças freqüentam em tempo integral.

6. PROCESSO DE DECISÃO

O conselho escolar é um organismo que deve ter um importante vínculo com outros conselhos, dentre eles, o Conselho da Criança e Adolescente e Conselhos Tutelares; a comunidade e a sociedade em geral, à medida que é uma instância representativa dos segmentos que compõem a escola e a sociedade, ao mesmo tempo em que se torna espaço de tempo equívoco da democracia participativa.

Além das funções que lhe vêm sendo atribuídas – deliberativa, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora – o conselho escolar deve assumir uma nova função prepositiva, podendo exercitar a sua capacidade de criar, de inovar e de ter uma atuação mais decisiva na prática educativa escolar. Assumindo assim, a condição de um sujeito político capaz de interagir, como força coletiva, na construção de projetos sociais.

Tendo em vista à importância da criação dos Conselhos Escolares nas escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, citado com uma das metas do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei Nº 10.172/2001) é necessário a mobilização da comunidade escolar e das famílias para a criação do mesmo no Centro Municipal Chapeuzinho Vermelho, possibilitando a participação social e promovendo a cultura da gestão democrática.

As tomadas de decisões acontecem coletivamente, onde a comunidade escolar se reúne para definir os projetos, eventos, reuniões de pais e a organização da instituição.

O Secretário Municipal de Educação e funcionários da S. M. E. se reúnem constantemente com a direção da instituição para verificar o funcionamento; discutir sobre as necessidade de materiais e qualidade da educação oferecida as crianças.

A equipe de professores, direção e supervisão comprometida com o processo de avaliação reúne sempre que necessário e ao final de cada bimestre para discutir sobre o desenvolvimento das crianças e assim planejar as ações para melhorar a qualidade da educação infantil.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações entre os funcionários da instituição giram em torno de atitudes solidárias, recíprocas e de participação coletiva.

A comunidade escolar participa dos espaços abertos à reflexão coletiva, que fortalecem o diálogo e a comunicação horizontal entre os segmentos envolvidos no processo educacional.

O CEMEI visa um trabalho coletivo, onde todos os envolvidos participam do processo de cuidar e educar de crianças. Educação que se constrói a partir da democracia e da cidadania.

Nesta perspectiva, a família dos nossos alunos é parceira do processo educacional, freqüenta a escola diariamente, participa do desenvolvimento dos alunos, dos eventos e das reuniões, discutindo sobre a organização da instituição.

8. AVALIAÇÃO

Avaliar é um processo que envolve conjuntamente as ações de selecionar, verificar, fazer comparações, julgar e decidir, tendo um caráter mediador e acolhedor que permite ao professor acompanhar a aprendizagem e o desenvolvimento dos sujeitos aprendizes.

Na Educação Infantil, de acordo com a legislação vigente, a avaliação não tem objetivo de promoção, devendo ser contínua e processual, garantindo-se, para tanto, vários momentos e várias formas de acompanhar o processo de desenvolvimento de cada criança, comparando-a sempre com ela mesma e não com outras.

Segundo Hoffmann (1996)

No que se refere à avaliação na Educação Infantil, temos que levar em consideração que as crianças apresentam maneiras peculiares e diferenciadas de vivenciar as situações de interagir com os objetos do mundo físico. A cada minuto realizam novas conquistas, ultrapassando nossas expectativas e causando muitas surpresas, mas que também cada criança possui um ritmo próprio de interagir com o meio e de construir seu conhecimento, o professor deve atentar para esse fator.

Vale ressaltar que há dois fatores básicos na avaliação feita na educação infantil:

- Observação atenta e curiosa sobre as manifestações de cada criança;
- Reflexão sobre o significado dessas manifestações em termos de seu desenvolvimento.

A observação e a compreensão do desenvolvimento das crianças são fundamentais para planejar o fazer pedagógico. É fundamental que os professores

assumam o papel de mediadores do conhecimento, que realizem intervenções pedagógicas no acompanhamento da ação e do pensamento individual infantil.

Os registros sistemáticos devem ser feitos pelo professor no diário através de fichas e relatórios, onde o mesmo registra os acontecimentos novos, os avanços da criança, o processo de adaptação ao ambiente e as situações significativas do trabalho realizado.

Os relatórios individuais do desenvolvimento dos alunos são discutidos nas reuniões pedagógicas pelos professores, direção e supervisão. Sendo repassados aos pais para acompanharem o processo de aprendizagem dos filhos.

Os professores organizam os portfólios das crianças a cada dois meses, materializando a história da criança em todos os aspectos do desenvolvimento.

A equipe de professores, direção e serviço pedagógico tanto a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, quanto o trabalho desenvolvido pela instituição.

A avaliação do Projeto Político Pedagógico será feita em reunião no início do ano letivo, onde será discutido pelos funcionários da instituição, refletido e reorganizado para ser colocado em prática no decorrer do ano letivo. O mesmo estará a disposição da comunidade escolar para acompanhar, avaliar e adequar as reais necessidades da instituição.

Referências Bibliográficas

DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho Escolar e o financiamento da Educação no Brasil**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares; Brasília, 2006.

ROSSETI – FERREIRA, Maria Clotilde e et al. **Os Fazeres da Educação Infantil**. São Paulo, Cortez, 2006.

REVISTA CRIANÇA: do **professor de educação infantil**. Brasília: MEC, nº 36 a 42. 2002 a 2006.

RESOLUÇÃO CEB Nº 1, de 7 de Abril 1999. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de Abril de 1999. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 3 vols. Brasília: MEC/SEF, 1998.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: Mito e Desafio – Uma Perspectiva Construtivista**. 18ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 1996.

RESOLUÇÃO CEB Nº 5 de 17 de Dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de Dezembro de 2009.

BRASIL, Lei nº 8.069, 13 de Julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 de Dezembro de 1996.

DIAS, Fátima R. Teixeira de Salles; FARIA, Vitória Líbia Barreto de. **Currículo na educação infantil: Diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica**. São Paulo: Scipione, 2007.____(Percurso)

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera. **Currículo, conhecimento e cultura**. Brasília?DEP/MEC: (S.n), 2006 (versão preliminar)